

Candidaturas avulsas e ação eleitoral de opositores nos anos finais da Primeira República: as carreiras políticas dos postulantes independentes ao Congresso Legislativo do Paraná em 1929

Independent candidacies and electoral action of oppositionists in the final years of the First Republic: the political careers of independent candidates to the Legislative Congress of Paraná in 1929

Sandro Aramis Richter Gomes¹

argomes8@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>

Resumo: Neste artigo é desenvolvida uma investigação acerca das carreiras políticas dos 14 indivíduos que se apresentaram como candidatos avulsos no pleito para as 30 vagas do Congresso Legislativo do Paraná, em 1929. O objetivo deste estudo é avançar na compreensão sobre as formas de competição eleitoral em contextos políticos marcados pela baixa integração entre os opositores dos partidos situacionistas da época da Primeira República. As fontes aqui utilizadas consistem em periódicos de circulação regional e nacional. Tais fontes informam sobre as nomeações obtidas pelos candidatos independentes, os partidos aos quais pertenceram e os mandatos eletivos que desempenharam. O presente artigo emprega o método prosopográfico. Nesse âmbito, é efetuado o levantamento de informações referentes às origens e aos destinos políticos dos indivíduos que se apresentaram como postulantes avulsos na referida disputa. Há três resultados centrais apresentados nesta análise. Primeiro, cumpre evidenciar que, em boa medida, os postulantes avulsos representavam determinados grupos profissionais. Segundo, trata-se de destacar que, em 1929, a eleição de opositores era derivada do não preenchimento de uma chapa de candidatos governistas aos cargos do Poder Legislativo. Terceiro, convém salientar que o destino político de uma parte dos 14 postulantes consistiu em aderir a partidos governistas fundados após o ano de 1930.

Palavras-chave: candidatos independentes, competição eleitoral, Primeira República brasileira.

Abstract: The article analyzes the political careers of the fourteen individuals who presented themselves as independent candidates in the election for the thirty seats in the Legislative Congress of Paraná, in 1929. The objective of this study is to advance the understanding of the forms of electoral competition in the political contexts characterized by low integration between opponents of the ruling parties at the time of the First Republic. The sources used here consist of regional and national newspapers. These sources include information such as the nominations obtained by independent candidates, the parties to which they belonged and the terms they served. This article uses methods

¹ Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas. Rua General Carneiro, nº 460, Centro. 80060-150, Curitiba, Paraná, Brasil.

inspired in prosopography. In this context, information is collected on the origins and political destinies of individuals who presented themselves as independent candidates in the mentioned dispute. There are three central results presented in this analysis. First, it should be noted that, to a large extent, the individual postulants represented certain professional groups. Second, evidence is given that highlights that in 1929 the election of oppositionists was derived from the fact that there was not a complete list of pro-government candidates for the positions in the Legislative Power. Third, evidence is shown that the political fate of a part of group of fourteen candidates was to join ruling parties created after the year 1930.

Keywords: Brazilian First Republic, electoral competition, independent candidates.

Introdução

Neste artigo é desenvolvida uma investigação acerca dos percursos políticos dos 14 indivíduos que se apresentaram como candidatos avulsos no pleito para as 30 vagas de deputado estadual do Paraná, em 1929. A finalidade deste estudo é produzir um conhecimento acerca da ação eleitoral de oposicionistas em contextos marcados pela ausência de partidos que atuassem como contendores dos situacionistas. Em um sentido amplo, a presente análise objetiva avançar na compreensão das formas de competição eleitoral inerentes aos estados que, nos anos finais da Primeira República, possuíam um baixo grau de integração entre os oposicionistas.

Há três argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, cumpre destacar que a vida política paranaense, no fim dos anos 1920, foi caracterizada por tentativas frustradas de união entre os oposicionistas. O insucesso dos esforços para a criação de partidos de oposição estimulou o aparecimento de candidaturas avulsas. Em sua maior parte, os postulantes independentes eram políticos novatos que representavam determinados grupos profissionais. No período em tela, no Paraná, os oposicionistas históricos estavam desagregados.

O segundo argumento afirma que, nos anos finais da Primeira República, o grau de competitividade eleitoral da oposição paranaense era baixo. A eleição de adversários do governismo ocorria somente nos momentos em que os situacionistas lançavam chapas incompletas. Nessa época, portanto, a conquista de mandatos por oposicionistas paranaenses era uma concessão eventual do partido dominante. O terceiro argumento salienta que, após o pleito de 1929, a maior parte dos 14 candidatos avulsos não conquistou posições relevantes na cena política paranaense. O limite da projeção de tais indivíduos consistiu em atuar como dirigentes locais de partidos, bem como comandar entidades de classe. Em tal contexto, a profusão de candidaturas independentes não significou a emergência de uma nova geração de líderes partidários no estado.

Há três abordagens predominantes nos estudos a respeito da atividade política de oposicionistas no contexto dos anos 1920. Uma vertente de investigação consiste na análise do desempenho eleitoral de partidos minoritários e de candidatos independentes. Tal vertente ressalta que, na mencionada época, havia oposicionistas dotados de uma base eleitoral suficiente para assegurar uma representação mínima em esferas do Poder Legislativo. No grupo dos estados marcados pela existência de oposições eleitoralmente competitivas estavam Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo (Figueiredo, 2017; Prado, 1986; Ribeiro, 2019).

Essa linha de abordagem possibilitou o conhecimento das formas de combate a partidos situacionistas. Tal corrente de investigação identifica as características dos conflitos entre as agremiações regionais. Ela também evidencia os modos de negociação entre as lideranças políticas. Nesse âmbito, os estudos sobre o jogo eleitoral da Bahia e do Rio Grande do Sul permitiram um entendimento acerca das origens e implicações de querelas entre dirigentes de partidos estaduais (Antonacci, 1981; Brito, 2019; Sarmento, 2011). Uma contribuição desta vertente de análise reside em reconhecer a capacidade de grupos oposicionistas de contrabalançar o poder de seus antagonistas.

De todo modo, uma tarefa que permanece inconclusa é a identificação dos estados cujas agremiações oposicionistas tiveram curta duração. O conhecimento dos fatores que impuseram limites a uma ação conjunta dos adversários do governismo permanece em estágio incipiente. Desse modo, o presente artigo se ocupa da tarefa de investigar os efeitos eleitorais de um jogo político marcado pela dificuldade de os oposicionistas históricos cultivarem uma aliança perene.

A segunda corrente de investigação sobre as oposições no Brasil dos anos 1920 consiste no estudo das formas de articulação entre as elites estaduais que se opunham aos partidos governistas. Tal vertente de análise

propiciou o conhecimento das circunstâncias da formação da Reação Republicana, em 1921, do Partido Democrático, em 1926, e da Aliança Liberal, em 1929 (Ferreira, 1993; Granato, 2018; Fausto, 1970). Essas abordagens se ativeram ao repertório de propostas e à base social de apoio das oposições. Todavia, permanece pouco avançado o conhecimento acerca do desempenho eleitoral e das carreiras políticas de lideranças estaduais das agremiações oposicionistas fundadas nesse contexto. Ao mesmo tempo, mantém-se pouco desenvolvida a compreensão das diferenças regionais quanto à capacidade de as oposições angariarem adesões e consolidarem uma presença nas instituições políticas.

Por fim, a terceira vertente de análise diz respeito ao desempenho das oposições estaduais em pleitos para a Câmara dos Deputados. Essa corrente de investigação permitiu reconhecer que, no fim dos anos 1920, havia oposicionistas que ainda se dispunham a contestar a vitória eleitoral de seus adversários. Assim, existiam grupos de oposição que conservaram um nível de organização interna suficiente para apresentar candidaturas e expor as práticas de falseamento eleitoral que teriam assegurado os mandatos de seus adversários (Zulini, 2016).

Neste trabalho, a análise das carreiras de postulantes avulsos é efetuada por meio de métodos inspirados na prosopografia (Charle, 2006; Stone, 2011). O método prosopográfico é crucial para o reconhecimento de padrões de carreiras políticas (Ferrari, 2010). O presente artigo desenvolve, pois, a análise de trajetórias coletivas. A reunião massiva de informações sobre essas carreiras possibilita evidenciar as condições de inserção e mobilidade desses candidatos na cena partidária do Paraná. Oriundas de periódicos, essas informações também favorecem a identificação de aproximações quanto aos destinos dos postulantes independentes após o pleito estadual de 1929. Trata-se, assim, de reconhecer analogias quanto às circunstâncias que ocasionaram o ingresso e o afastamento de tais indivíduos das lides partidárias.²

A vida política paranaense nos anos 1920: a efêmera duração dos partidos de oposição

O estudo da ação eleitoral dos candidatos avulsos ao Congresso Legislativo do Paraná em 1929 requer, inicial-

mente, a contextualização da vida política estadual no referido decênio. Para a construção de um panorama sobre a cena partidária paranaense, cumpre sustentar três constatações.

A primeira constatação consiste em reconhecer que, em tal época, não foram duradouras as iniciativas destinadas a manter um partido de oposição em atividade. Em grande medida, os oposicionistas do estado atravessaram os anos 1920 sem manterem vínculo com uma agremiação. A esse respeito, compete mencionar que, no começo da década, havia uma grei oposicionista em funcionamento.

Tal agremiação era o Partido Autonomista (PA), o qual disputou sua primeira eleição em 1919. Nessa ocasião, o PA não conseguiu eleger seus 20 candidatos a deputado estadual (A República, 21 nov. 1919, p. 2). Nas eleições municipais de 1920, esse partido também não conseguiu eleger seus correligionários (A República, 26 jun. 1920, p. 1). Em 1921, por fim, o seu candidato a deputado federal alcançou a quinta – e última – colocação no pleito. Ele angariou, nessa ocasião, apenas 2.700 votos, isto é, 6% do total de sufrágios (Gazeta de Notícias, 02 mar. 1921, p. 3). Essas derrotas desmobilizaram os filiados e levaram o partido à extinção.

Em 1922, um ano após a extinção do PA, o ex-presidente do partido migrou para o campo situacionista. Esse dirigente era o advogado Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940). A vinculação ao governismo lhe propiciou, nos anos 1920, o envolvimento em esquemas de nomeações para cargos do Governo Federal. Em 1927, por exemplo, ele foi investido no posto de inspetor consular para a América do Sul e Sul da África (O Dia, 20 ago. 1927, p. 1).

A história dessa agremiação foi marcada pelo insucesso da tentativa de se enraizar nos municípios do interior. Mais especificamente, essa história foi caracterizada pelo malogro da iniciativa de manter em permanente articulação as lideranças oposicionistas de diferentes regiões do estado. O PA também não concretizou o projeto de obter um espaço nas instituições legislativas. Nessa época, portanto, era pouco consistente a integração entre os adversários do Partido Republicano Paranaense (PRP), a agremiação governista.

A dissolução do PA foi sucedida pela adoção da prática de apresentação de candidaturas avulsas. Em 1921, o PA não lançou uma chapa para disputar as vagas do Congresso Legislativo Estadual. Nessa oportunidade, a oposição foi representada por um postulante avulso, o

² Os periódicos paranaenses, notadamente *O Dia*, realizaram ampla cobertura da eleição estadual de 1929. A imprensa especificou os candidatos que possuíam filiação partidária e aqueles que se lançaram como avulsos. As mais frequentes notícias sobre os candidatos avulsos divulgadas em órgãos da imprensa regional eram referentes aos seguintes assuntos: (1) atividades profissionais desenvolvidas a partir da Primeira República; (2) vínculos políticos que mantiveram nos anos anteriores e posteriores a 1929; (3) obtenção de cargos comissionados ao tempo da Primeira República e da Era Vargas. Em síntese, as informações extraídas dos periódicos dizem respeito ao envolvimento dos candidatos avulsos no jogo eleitoral e nos esquemas de nomeações para cargos públicos. Tais informações também permitem o conhecimento sobre as origens familiares e os laços sociais dos postulantes independentes.

qual não se elegeu. Tal postulante era o bacharel Antônio Jorge Machado Lima (1886-1960). Ele foi menos votado do que os candidatos governistas em todas as seções eleitorais do estado (A República, 03 nov. 1921, p. 2). Em síntese, nessa época os oposicionistas não representavam uma ameaça ao controle que o PRP exercia sobre os cargos do Poder Legislativo.

No Paraná, a prática da apresentação de candidaturas independentes ocorreu durante os quatro decênios da Primeira República. Um dos motivos da candidatura avulsa, no contexto dos anos 1890, era a perda de espaço dos postulantes independentes no interior do partido situacionista. Desprovidos de apoios em sua agremiação de origem, eles se apresentavam como candidatos avulsos.³ A partir dos anos 1900, um motivo capital da candidatura avulsa era a dificuldade de os partidos de oposição do estado arregimentarem aos seus quadros a totalidade dos antagonistas do situacionismo. Uma parcela dos oposicionistas optou por se movimentar na cena política sem assumir compromissos partidários.⁴ Um elemento comum aos candidatos avulsos era a baixa competitividade eleitoral. Assim, era incomum que postulantes independentes conseguissem um mandato.⁵

Trata-se, pois, de fundamentar a segunda constatação desta seção. Compete destacar que, de 1921 a 1925, não existiu um partido de oposição em permanente atividade no Paraná. Em verdade, de novembro de 1923 a fevereiro de 1924 esteve em funcionamento o Partido Republicano Liberal. Porém, essa agremiação se dissolveu após o seu candidato obter irrisória votação no pleito para a Câmara dos Deputados. Tal candidato era o advogado Luís Napoleão Lopes. Ele conquistou somente 135 sufrágios. Essa votação lhe conferiu a quinta – e última – colocação na disputa. O quarto colocado, o situacionista Lindolfo Pessoa, angariou 10.148 sufrágios (Anais da Câmara dos Deputados, 1924, p. 109).

Tal resultado representa uma diferença em relação ao caso do Rio Grande do Sul. Em 1924, os oposicionistas atuantes nesse estado experimentaram o crescimento do seu rol de apoiadores. Eles conseguiram eleger candidatos a deputado federal em um pleito no qual o partido governista disputou todas as vagas (Ribeiro, 2019). Tais

informações permitem corroborar a afirmação de que as oposições regionais se diferenciavam entre si em virtude da maior ou menor capacidade de permanecerem internamente coesas. Nesse contexto, a oposição paranaense se ressentia da falta de um partido bem estruturado. Tal situação estimulou o aparecimento de candidaturas avulsas. Os postulantes avulsos não contaram com ampla adesão do eleitorado, que sufragou os partidos oposicionistas do estado. Ao mesmo tempo, a ausência de uma agremiação oposicionista propiciou o crescimento da votação dos candidatos governistas.

A participação em um pleito eleitoral sem a chancela de uma agremiação poderia ocasionar a rápida desarticulação das bases eleitorais do candidato avulso. Esse foi o caso do bacharel Generoso Marques dos Santos (1844-1928). Em 1927, ele já havia migrado para o campo da oposição. Entretanto, não se filiou a um partido. Nesse ano, Marques não conseguiu se reeleger para o Senado, no qual atuava desde os anos 1890. Nesse pleito, ele angariou apenas 465 votos. O seu oponente, o governista Luiz de Albuquerque Maranhão (1875-1949), auferiu 14.825 sufrágios (O Dia, 25 mar. 1927, p. 1). Em síntese, as agremiações oposicionistas que funcionaram no Paraná no decorrer da Primeira República asseguraram aos seus candidatos votações mais expressivas do que as obtidas pelos postulantes independentes.⁶

De 1926 a 1927, esteve em atividade uma agremiação oposicionista denominada Partido Democrático Paranaense (PDP). Essa grei era dirigida por egressos do PRP (Granato, 2018). Nessa época, portanto, as agremiações oposicionistas serviam como um refúgio para situacionistas decaídos continuarem politicamente ativos. A análise do caso do PDP permite identificar diferenças regionais quanto à maior ou menor condição de os oposicionistas permanecerem agregados e alcançarem êxitos eleitorais. Mais especificamente, trata-se de salientar que o Paraná não pertencia nessa época ao grupo dos estados cujas oposições formaram uma base eleitoral suficiente para assegurar uma presença mínima em instituições legislativas.

Em 1926, ocorreu a criação de um Partido Democrático no Estado de São Paulo. Essa agremiação não era um partido nacional. No entanto, uma das semelhanças

³ Este foi o caso de Francisco de Almeida Torres (1848-1902). Em 1896, ele não teve o apoio do partido governista do Paraná para se candidatar à reeleição para deputado federal. Por consequência, lançou-se como candidato avulso. No entanto, ele obteve a quinta – e última – colocação no pleito (2.642 votos) (A República, 05 fev. 1897, p. 2).

⁴ Nessa categoria de postulantes avulsos, encontra-se o médico João de Meneses Dória (1857-1934). Em 1909, ele disputou a reeleição de deputado federal sem vínculo com um partido. Contudo, angariou apenas 552 sufrágios. Essa votação lhe conferiu a sexta – e última – posição no pleito (A República, 02 mar. 1909, p. 1).

⁵ No Paraná, data de 1896 a única ocasião em que um postulante avulso suplantou um candidato de oposição vinculado a partido. Nessa oportunidade, o candidato independente João Carlos de Vasconcelos obteve 1.156 votos na eleição suplementar para as sete vagas do Congresso Legislativo do Paraná. Filiado ao Partido Operário, o alfaiate Antônio Pospissil Júnior angariou 719 votos. (A República, 23 set. 1896, p. 2).

⁶ Em 1909, o médico Randolfo Pereira Serzedelo (1862-1919), que estava filiado ao Partido Republicano Federal, obteve 8.666 votos na eleição de deputado federal pelo Paraná. Ele superou, em mais de oito mil sufrágios, a votação do outro candidato de oposição, o citado João de Meneses Dória (A República, 02 mar. 1909, p. 1). De outra parte, cabe salientar que, de 1913 a 1915, existiu no Paraná uma grei oposicionista denominada Partido Republicano Liberal (PRL). Tratava-se de uma grei nacional, cujo líder maior era o senador baiano Rui Barbosa. Em 1913, o PRL apresentou vinte candidatos a deputado estadual pelo Paraná. Desse total, dez se elegeram. Houve, nessa oportunidade, a apresentação de dez candidatos avulsos. Em tal pleito, todos os candidatos do PRL tiveram votações superiores àquelas conquistadas pelos avulsos (A República, 18 dez. 1913, p. 2).

entre os partidos que adotaram tal denominação decorria do fato de que foram fundados por veteranos que tiveram passagens por agremiações governistas. O PD paulista participou de eleições entre os anos de 1926 e 1934, quando se extinguiu. Em 1927, elegeu quatro deputados estaduais e um deputado federal. Durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), esse partido pertenceu ao campo da oposição. Em suma, os oposicionistas filiados a essa grei atingiram um grau de unidade que lhes permitiu atravessar diferentes contextos na condição de relevantes contendores dos governistas de São Paulo (Prado, 1986).

No Paraná, por outro lado, o PD teve duração inferior a um ano. Criado em dezembro de 1926, em meados de 1927 ele já estava desativado. O período posterior à extinção dessa grei foi marcado pela aproximação de alguns de seus fundadores com os situacionistas do estado (O Dia, 04 nov. 1927, p. 1). A disposição dessa agremiação para contrabalançar o predomínio do PRP foi pouco duradoura. Esta foi, pois, a derradeira tentativa de formação de um partido estadual de oposição no Paraná.

Em 1927, o PDP apresentou o empresário David Carneiro (1879-1928) como candidato a deputado federal. Derrotado no pleito, ele contestou o resultado da eleição junto à Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados. A reclamação, contudo, não foi aceita (O Dia, 26 abr. 1927, p. 1). Assim, no contexto dos anos 1920 houve ocasiões em que os oposicionistas paranaenses tiveram maior disposição para combater o situacionismo. Essas iniciativas não foram suficientes para promover uma integração permanente entre as lideranças da oposição. De todo modo, nota-se que a ação política dos oposicionistas do Paraná era análoga à dos oposicionistas de outras regiões do país. No período em tela, a contestação de resultados eleitorais junto àquela Comissão era uma das principais iniciativas das oposições regionais para minar o predomínio dos governistas na Câmara dos Deputados (Zulini, 2016).

No Paraná, na mencionada década, o comportamento político adotado pelos dirigentes de uma agremiação recém dissolvida não se distinguia do comportamento de lideranças oposicionistas das três décadas anteriores. Uma semelhança entre essas diferentes gerações de adversários do governo era a inclinação para se aproximarem dos situacionistas após a extinção de uma agremiação oposicionista. Ao longo da Primeira República, a migração para o partido governista foi o destino de uma parte dos políticos que se envolveram na criação de agremiações oposicionistas no Paraná.⁷

Nessa época, a oposição paranaense não se diferenciava apenas da oposição paulista. Em relação ao caso de Minas Gerais, os adversários do situacionismo paranaense também possuíam menor força eleitoral. Para corroborar tal afirmação, cumpre salientar que os governistas mineiros não eram inclinados a apresentar chapas incompletas para possibilitar o acesso de uma parcela de seus adversários a instituições como a Câmara dos Deputados. A despeito dessa situação eleitoralmente desfavorável, houve oposicionistas mineiros que conquistaram mandatos de deputado federal (Figueiredo, 2017). A dinâmica política do Paraná também era distinta daquela que vigorou na Bahia. Nesse estado, nos anos 1920, a polarização partidária não era um elemento circunstancial da vida política. Ao contrário, havia uma oposição organizada (Brito, 2019; Sampaio, 1999; Sarmiento, 2011).

No Paraná, em um cenário marcado pela baixa atividade eleitoral dos oposicionistas históricos, as principais formas de contestação às medidas do Governo do Estado eram efetuadas pelos próprios integrantes da ordem situacionista. No fim dos anos 1920, havia uma polarização no PRP. De um lado, estavam os aliados de Caetano Munhoz da Rocha, então presidente do estado. Tratava-se, pois, do grupo *munhozista*. De outro lado, estavam os *afonsistas*, os quais eram correligionários do ex-presidente Afonso Alves de Camargo. Os *afonsistas* que atuavam no Congresso Estadual não apoiavam de forma irrestrita as medidas do então presidente. Eles disputavam com os *munhozistas* o comando do PRP (Diário da Tarde, 21 mar. 1927, p. 2).

Cumpre, pois, fundamentar a terceira constatação desta seção. Trata-se de reconhecer que, na época da Primeira República, a eleição de oposicionistas paranaenses para cargos legislativos decorria de uma concessão dos governistas. A apresentação de chapas incompletas aos cargos de deputado federal e deputado estadual pelos situacionistas possibilitava o acesso eventual das oposições às instâncias do Poder Legislativo. Analogamente ao comportamento adotado pelos grupos situacionistas de outros estados, os governistas do Paraná destinaram, dos anos 1890 aos anos 1910, um terço das vagas em disputa aos seus adversários. A cessão do terço de vagas foi interrompida pelos situacionistas paranaenses em 1915 (A República, 12 out. 1915, p. 1).

Tal interrupção pôs fim à presença de oposicionistas tanto no Congresso Estadual quanto na Câmara dos Deputados. Havia diferenças regionais quanto ao comportamento dos partidos situacionistas acerca da

⁷ Conforme acima destacado, o diretório paranaense do PRL foi extinto em 1915. Em tal ano, uma parte de suas antigas lideranças já havia se transferido para a agremiação governista. Foi tal filiação que permitiu a dois membros fundadores desse partido, o jornalista Jaime Balão (1869-1930) e o advogado Ulisses Falcão Vieira (1885-1942), conquistarem a reeleição de deputado estadual (A República, 12 out. 1915, p. 1). Em verdade, no decênio anterior já se verificava no estado o fenômeno da migração partidária. O jornalista Manuel Correia de Freitas (1851-1932), por exemplo, aderiu ao governo em 1908. Essa adesão lhe possibilitou se reeleger, no ano seguinte, para o cargo de deputado federal. Acerca da trajetória política de Correia de Freitas, ver Vanali (2017).

concessão de vagas às agremiações minoritárias. Em estados como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, os partidos dominantes eram mais inclinados a apresentar chapas incompletas (Ferreira, 1994; Pinto, 1998; Ribeiro, 2019). O Paraná, assim, pertenceu ao grupo dos estados cujos êxitos e malogros eleitorais da oposição eram derivados das decisões dos situacionistas sobre a destinação de vagas à minoria.

Os candidatos de oposição ao Congresso Legislativo do Paraná em 1929: a gênese de seus percursos políticos

Em 1929, fazia dez anos que a oposição paranaense não apresentava uma chapa de postulantes ao cargo de deputado estadual. Em grande medida, a ausência dos oposicionistas nos pleitos eleitorais decorria da não abertura das vagas do terço, as quais totalizavam dez cadeiras no Congresso Legislativo. No referido ano, os dirigentes do PRP voltaram a consentir que os seus oponentes tivessem um espaço nessa instituição. Contudo, esse espaço era menor do que aquele conquistado pelas gerações anteriores de oposicionistas.

No pleito de 1929, os próceres da agremiação governista destinaram apenas quatro vagas à minoria (A República, 24 set. 1929, p. 1). Nos anos finais da Primeira República, a presença de oposicionistas paranaenses em instituições legislativas permanecia condicionada pelas decisões dos próceres do governo acerca da destinação das vagas à minoria. No Paraná, em tal época, havia oposicionistas que comandavam um diretório regional da Aliança Liberal, agremiação nacional que sustentou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas em 1930. Porém, os líderes locais dessa grei optaram por não apresentar postulantes ao Congresso Legislativo (O Dia, 26 out. 1929, p. 1).

Em um cenário marcado pela baixa integração entre os oposicionistas paranaenses, a eleição estadual de 1929 foi caracterizada pelo lançamento de diversas candidaturas independentes. Para o conhecimento do princípio da ação política dos postulantes avulsos, cumpre dedicar atenção às informações do Quadro 1.

A análise desse Quadro permite identificar três categorias de candidatos avulsos. Uma categoria era composta por egressos do PRP. Uma parte desses postulantes teve os seus percursos marcados pelo rompimento da aliança com as lideranças governistas. Portanto, houve casos em que a candidatura independente foi uma consequência da perda de espaço no partido oficial. Em 1929, a candidatura avulsa foi uma estratégia adotada por indivíduos que, ao tempo em que estiveram ligados ao grupo governista, se diferenciavam em decorrência da maior ou menor

proximidade com os dirigentes do PRP. Em resumo, eles se distinguiam em virtude das posições mais ou menos proeminentes que conseguiram obter nessa agremiação.

A esse respeito, cumpre destacar as diferenças entre o advogado Enéas Marques dos Santos (1883-1961) e o funcionário público federal João Régis Gonçalves, que ao tempo da eleição de 1929 estava com 68 anos de idade. Filho do ex-senador Generoso Marques dos Santos, Enéas Marques ascendeu rapidamente na hierarquia da administração estadual. Durante a gestão do presidente Afonso Alves de Camargo (1916-1920), ele desempenhou o cargo de secretário do Interior e Justiça do Paraná. Nesse contexto, teve o seu nome cotado para concorrer à Presidência do Estado. Porém, a sua candidatura foi vetada por Camargo. Por consequência, Enéas e Generoso Marques se desligaram do PRP (Maciel, 1925).

Ao tempo das eleições parlamentares de 1929, fazia uma década que Enéas Marques não desempenhava um papel de protagonismo nas esferas administrativas do estado. A candidatura independente se tornou uma alternativa para ele recuperar, em alguma medida, os apoios eleitorais que asseguraram ao seu genitor uma duradoura presença na vida política regional. Por outro lado, cabe salientar que, naquele decênio, Marques pertenceu ao grupo de oposicionistas que não se vincularam aos partidos que combatiam o PRP.

No curso dos anos 1920, as agremiações minoritárias do estado encontraram resistências tanto de oposicionistas históricos quanto de novos adversários do situacionismo. Nesse âmbito, cabe salientar o caso do Partido Democrático Paranaense. Essa grei não contou com a adesão de dois oposicionistas históricos, a saber, João de Meneses Dória e Manuel Correia de Freitas. Nessa época, Dória já havia se afastado das disputas eleitorais. Freitas, por sua vez, ambicionara se candidatar a deputado federal em 1927, ano em que o PDP lançou uma candidatura. Ele cogitara se aproximar dos governistas para viabilizar sua pretensão eleitoral (Diário da Tarde, 03 jan. 1927, p. 2). Destituída de apoios, essa candidatura não foi formalizada. De todo modo, o nome de Correia de Freitas conquistou 44 votos nessa ocasião (O Dia, 25 mar. 1927, p. 1).

De sua parte, João Régis Gonçalves desenvolvera uma atuação política circunscrita ao âmbito municipal. Em verdade, foi apenas episódica a sua presença em instituições administrativas. Ele desempenhou o cargo de vereador do município litorâneo de Guaratuba, no início dos anos 1890 (Peixoto, 1939). Quando ocorreu o pleito estadual de 1929, havia quatro décadas que Gonçalves não exercia um mandato eletivo. Assim, uma diferença capital entre os candidatos avulsos a deputado estadual do Paraná era referente à regularidade de sua ação político-partidária. Gonçalves se enquadrava na categoria de

Quadro 1: Origens da atuação política dos candidatos avulsos ao Congresso Legislativo do Paraná em 1929 (época da Primeira República)

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Total de nomeações para cargos públicos	Total de mandatos no Poder Legislativo	Filiação partidária	Posição no quadro partidário estadual
Alberto Lopes	Jornalista	Ponta Grossa	Segundo planalto	0	0	–	–
Alcides Antunes de Andrade	Guarda-livros	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	–	–
Alfredo Heisler	Comerciante	Curitiba	Primeiro planalto	0	1	–	Oposição
Elbe Lauro Pospissil	Tipógrafo	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Partido Socialista Paranaense	Oposição
Enéas Marques dos Santos	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	4	0	Partido Republicano Paranaense	Situação
Genaro Régis Pereira da Costa	Advogado provisionado	Paranaguá	Litoral	0	0	–	–
João Barbosa de Almeida	Ferroviário	Curitiba	Primeiro planalto	1	0	–	–
João Perantunes	Operário	Ponta Grossa	Segundo planalto	0	0	–	–
João Régis Gonçalves	Servidor da Repartição dos Telégrafos	Paranaguá	Litoral	0	1	Partido Republicano Paranaense	Situação
Octávio Secundino	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	–	–
Pedro Bassetti	Comerciante	Cerro Azul	Primeiro planalto	0	0	–	–
Pedro de Araújo Neto	Agropecuarista	Palmas	Terceiro planalto	0	0	–	–
Roberto Plens Ferreira Barroso	Advogado/Jornalista	Paranaguá	Litoral	1	0	Partido Republicano Paranaense	Situação
Wallace de Mello e Silva	Ferroviário	Curitiba	Primeiro planalto	0	3	Partido Republicano Liberal	Oposição/Situação

Fontes: A Notícia (PR); A República (PR); Diário da Tarde (PR); Diário do Comércio (PR); O Dia (PR)

egressos do situacionismo que não auferiram decisivas oportunidades de participar da vida interna de partidos e agências do Estado. Esse indivíduo se reconhecia como um antigo aliado do citado Generoso Marques dos Santos.

Gonçalves pertenceu ao rol de correligionários que o ex-senador manteve em distintas regiões do Paraná. Ele fez parte do séquito de eleitores que garantiram a Generoso Marques sucessivas reeleições para cargos parlamentares. Quando apresentou à imprensa sua candidatura a deputado estadual, João Gonçalves fez a seguinte menção a Generoso Marques: “Declaro que sempre mantive minha crença política ao lado do meu grande mestre, o Exmo. Sr. Dr. Senador que foi Generoso Marques dos Santos, [que] relevantes serviços prestou ao seu estado natal e ao país” (O Dia, 05 nov. 1929, p. 6).

A candidatura avulsa significou para Gonçalves a oportunidade de se afastar de uma condição subalterna na vida política. Essa candidatura foi uma forma de esse servidor público alcançar uma tardia projeção nas disputas eleitorais. Apesar de se declarar um remanescente do grupo de aliados de Generoso Marques, Gonçalves não abdicou de sua candidatura em favor do herdeiro político do ex-senador. Essa informação consiste em uma evidência de que a migração de membros da família Marques para a oposição implicou a redução dos apoios que essa parentela angariou durante as primeiras três décadas republicanas.

Cumprir salientar que havia aspectos convergentes entre o perfil político de Gonçalves e o de outro candidato independente, o advogado e jornalista Roberto Plens Ferreira Barroso (1895-1965). Residentes no município litorâneo de Paranaguá, eles exerceram a função de apoiadores locais dos próceres do partido governista. Na época em que apoiaram tal partido, Barroso e Gonçalves conseguiram obter cargos públicos. Todavia, eles não conquistaram posições centrais em órgãos públicos. Gonçalves não teve êxito em suas iniciativas para se elevar da condição de correligionário local do partido situacionista e de guarda-fio de 2ª classe da Repartição dos Telégrafos. Em 1919, por exemplo, ele enviou um requerimento ao Congresso Nacional. Nesse documento, solicitou a aprovação de um crédito para a fundação de uma colônia agrícola e industrial nos municípios de Guaratuba e Paranaguá. Esse pedido foi indeferido (Anais da Câmara dos Deputados, 1919, p. 263).

Roberto Barroso, por sua vez, atuava como chefe do Departamento do Contencioso da Prefeitura de Paranaguá ao tempo da eleição estadual de 1929 (O Dia, 13 mar. 1929, p. 1). Ele foi destituído deste posto em 1931, em

virtude da ascensão dos partidários da Aliança Liberal ao comando da Prefeitura (O Dia, 10 jan. 1931, p. 6). Barroso se enquadrava na categoria dos antigos situacionistas que possuíam estreitas ligações com os chefes locais do PRP. O cultivo dessas ligações era um fator crucial para a conquista de funções na administração pública.

Ao mesmo tempo, cumpre salientar que ele desempenhou o mencionado cargo durante a gestão do prefeito Didio Iratim Afonso da Costa. Esse mandatário foi um dos candidatos governistas a deputado estadual em 1929. Assim, nota-se que o então prefeito não teve êxito em manter o seu grupo político coeso no contexto da eleição. Em última instância, uma parte dos postulantes avulsos pertencia ao rol de governistas que não tiveram o apoio do partido oficial para disputarem um mandato. A candidatura independente era o caminho adotado por situacionistas que possuíam pouca influência na vida interna do PRP. Cabe destacar que Barroso pertenceu ao grupo de egressos do PRP dotados de baixa projeção política e que rapidamente aderiram ao Governo Vargas.⁸ Ele formalizou essa adesão em fevereiro de 1931 (O Dia, 25 fev. 1931, p. 2). O adesismo foi uma estratégia adotada por esse indivíduo para continuar politicamente ativo.

Cumprir, pois, analisar os perfis políticos e sociais da segunda categoria de candidatos avulsos. Essa categoria era formada por indivíduos que, havia tempos, atuavam como opositores do PRP. Tais postulantes tiveram seus percursos marcados por tentativas frustradas de manter um partido de oposição em funcionamento. As informações do Quadro 1 evidenciam que, dentre os integrantes dessa categoria de candidatos independentes, Wallace de Mello (1872-1947) foi aquele que teve uma passagem pelo grupo governista.

Wallace de Mello pertenceu ao grupo de fundadores do PRL que, após a extinção desse partido, não demoraram a aderir à agremiação predominante. De modo semelhante ao ocorrido com Jaime Balão e Ulisses Vieira, a filiação ao PRP possibilitou a Mello conquistar um mandato eletivo. Em 1916, um ano após o seu afastamento dos quadros da oposição, ele foi eleito vereador de Curitiba (A República, 25 out. 1916, p. 2). A obtenção desse mandato representou o limite das oportunidades auferidas por Mello a partir de sua vinculação à agremiação oficial.

Em um cenário no qual não alcançavam posições proeminentes no interior do PRP e das instituições legislativas, não era incomum que os adesistas do grupo governista retornassem ao campo da oposição. No período em tela, esses adesistas se diferenciavam em decorrência da

⁸ Em Paranaguá, o médico Roque Vernalha também pertenceu a essa categoria. Ele foi funcionário da Prefeitura Municipal na gestão de Didio Costa (O Dia, 13 mar. 1929, p. 1). Em outubro de 1930, no início da gestão de Mário Tourinho como interventor federal no Governo do Paraná, Vernalha obteve o posto de inspetor de Profilaxia Rural (Diário da Tarde, 11 out. 1930, p. 3).

maior ou menor longevidade do vínculo que mantiveram com o PRP. De todo modo, nota-se que em tal época permanecia instável o comportamento dos oposicionistas na cena política paranaense.

Em 1919, por exemplo, Ulisses Vieira formalizou seu regresso à oposição ao disputar uma vaga de deputado estadual pelo Partido Autonomista (A República, 21 nov. 1919, p. 2). Wallace de Mello, por sua vez, não manteve vínculo formal com uma agremiação após o fim de seu mandato de vereador. Ele se dedicou unicamente ao ofício de agente da Estação Ferroviária de Curitiba (Diário da Tarde, 17 ago. 1922, p. 2). O lançamento de sua candidatura independente em 1929 representou o fim de um longo período de afastamento das disputas eleitorais.

Acerca da segunda categoria de candidatos avulsos, cumpre também dedicar atenção ao caso do tipógrafo Elbe Lauro Pospissil (1893-1943). Em 1925, ele participou da criação do Partido Socialista Paranaense (O Dia, 01 maio 1925, p. 8). Entretanto, essa grei não se consolidou na cena política estadual. Ela não lançou candidaturas. Após a extinção desse partido, Pospissil permaneceu politicamente articulado com segmentos do operariado, sobretudo aqueles que integravam a Federação Operária do Paraná (FOP). Para além do apoio dos dirigentes dessa associação, foi crucial a esse indivíduo realizar uma aliança com o empresário Gastão Chaves, cujas pretensões políticas o fizeram se aproximar dos dirigentes da FOP. Em 1929, Chaves foi o principal financiador da campanha eleitoral de Pospissil (O Dia, 28 jan. 1930, p. 2). O caso da candidatura desse tipógrafo evidencia que, em face da ausência de partidos de oposição, as entidades de classe do Paraná atuavam eventualmente como agremiações partidárias que ambicionavam assegurar um espaço nas instâncias do Poder Legislativo.

Por fim, compete atentar ao caso do empresário Alfredo Heisler (1854-1942). Em 1915, ele foi eleito deputado estadual em uma chapa lançada pela Associação Comercial do Paraná (ACP). Nessa ocasião, a abertura das vagas do terço possibilitou que os dez candidatos apresentados por essa entidade conseguissem se eleger (A República, 12 nov. 1915, p. 2). Nessa época, portanto, a ausência de um partido de oposição bem organizado já estimulava as associações de classe a sustentarem candidaturas. Em 1929, Heisler se apresentou como candidato do comércio e da indústria. Contudo, ele não voltou a obter o apoio oficial da ACP (O Dia, 29 out. 1929, p. 2).

No Paraná, no contexto dos anos 1920, não eram apenas os antigos dirigentes de partidos oposicionistas que continuavam infensos a manter entre si uma duradoura aliança política. Houve dificuldades para a aproximação entre membros da nova geração de oposicionistas. Essas dificuldades foram inerentes aos percursos de oposicionistas que possuíam ligações com associações operárias e empresariais.

Trata-se, por consequência, de analisar a composição da terceira categoria de candidatos avulsos. Essa categoria era formada por novos personagens da cena política. A esse respeito, cumpre efetuar duas constatações. Primeiro, convém salientar que uma parcela desses postulantes buscou o apoio eleitoral dos operários. Nesse rol de candidatos encontravam-se Alcides de Andrade, João Barbosa de Almeida, João Perantunes e Octavio Secundino. Assim, as lideranças vinculadas a determinados grupos profissionais não ensaiaram a formação de uma aliança.⁹

A principal diferença entre esses candidatos dizia respeito ao fato de que João Barbosa conseguiu amealhar mais adesões. Os seus principais apoiadores eram os ferroviários. Outra peculiaridade desse postulante reside no fato de que criou um comitê eleitoral bem-estruturado, cujas atividades eram amplamente divulgadas pela imprensa (O Dia, 29 set. 1929, p. 2). Conforme evidenciado na terceira seção deste artigo, Barbosa realizou uma campanha mais organizada que a dos demais candidatos independentes. Ele foi o mais votado entre esses postulantes, a despeito de sua condição de novato na vida política regional.

Cumpre fundamentar a segunda constatação respeitante aos candidatos novatos. Em boa medida, esses postulantes eram originários de municípios distantes de Curitiba. A apresentação das candidaturas avulsas dos membros dessa categoria não foi sucedida pela conquista de posições sólidas na cena política paranaense. Realizada na etapa seguinte deste artigo, a análise da votação desses indivíduos permite destacar que, em 1929, eles possuíam um pequeno número de apoiadores.

Nesse grupo de postulantes novatos, a exceção era o advogado provisionado Genaro Régis Pereira da Costa, o qual conquistou uma votação mais expressiva em relação aos demais avulsos que não se elegeram. Ele foi um político cuja projeção era circunscrita ao âmbito local. Régis pertenceu a uma parentela que exerceu influência na vida política de Paranaguá ao longo do século XIX. Todavia, esse poder se esgotou no contexto da Primeira República. O seu pai, João Régis Pereira da Costa, atuou

⁹ Na história eleitoral do Paraná da Primeira República, houve apenas uma agremiação operária que lançou chapas completas. Tal agremiação era o Partido Operário. Em 1890, esse partido lançou chapas completas nas eleições para deputado federal e senador. No entanto, os integrantes dessas chapas não se elegeram (Sete de Março, 06 set. 1890, p. 4). Em 1896, por fim, esse partido elegeu um candidato a deputado estadual. Nessa ocasião, a agremiação governista apresentou chapa incompleta (A República, 21 ago. 1896, p. 2). Em 1906, ocorreu a formação da Federação Operária Paranaense, a qual congregava associações de trabalhadores de diferentes regiões do estado (Araújo e Cardoso, 1992). A fundação dessa entidade não promoveu maior coesão entre as lideranças operárias do Paraná. Em 1930, ainda perduravam as dificuldades para tais lideranças desenvolverem uma ação política conjunta. Em tal ano, o citado Gastão Chaves foi lançado como candidato a deputado federal pela FOP. Essa candidatura, contudo, não teve unânime aprovação das lideranças operárias do Paraná (Diário da Tarde, 25 jan. 1930, p. 1).

como funcionário da Alfândega desse município (Costa, 1988). Genaro Régis tentou, sem sucesso, ser indicado para o posto de despachante aduaneiro desse órgão federal (O Dia, 23 out. 1924, p. 2).

No período em tela, a conquista de posições estáveis no serviço público representou o limite da ambição profissional de alguns dos membros dessa família. O caso da candidatura malograda desse novato evidencia que, no Paraná, o pertencimento a parentelas que compunham elites locais não era, em todas as situações, um fator decisivo para o êxito eleitoral. Assim, uma parcela dos candidatos avulsos era formada por personagens da vida partidária de pequenos municípios. Nessas localidades, contudo, eles não possuíam um amplo rol de correligionários. Na última etapa do presente trabalho, cumpre demonstrar que os novatos da eleição estadual de 1929 permaneceram politicamente pouco expressivos após o fim da Primeira República.

Por fim, cabe salientar que parte dos postulantes avulsos era egressa do partido governista do Paraná. Tais indivíduos se aproximavam pelo fato de que jamais conquistaram decisivas oportunidades de atuação na vida política ao tempo em que pertenceram à agremiação dominante. Uma parcela desses indivíduos já se encontrava afastada do campo situacionista na época da eleição de 1929. A outra parte não demorou a aderir ao Governo Vargas.

Nesse contexto, houve postulantes independentes que sustentaram posições políticas análogas. Enéas Marques, por exemplo, foi um entusiasta da candidatura presidencial de Getúlio Vargas (O Dia, 09 mar. 1930, p. 2). Elbe Pospissil e Wallace de Mello também defenderam essa candidatura (Diário da Tarde, 08 out. 1931, p. 5). João Barbosa de Almeida, por outro lado, optou por apoiar Júlio Prestes (O Dia, 12 mar. 1930, p. 2). Esses indivíduos se elegeram deputados estaduais na qualidade de candidatos avulsos. Na época do último pleito presidencial da Primeira República, a maior parte dos deputados independentes do Congresso do Paraná apoiou uma candidatura oposicionista.

Conforme acima ressaltado, o candidato que teve mais votos entre os não eleitos foi Genaro Régis. Ele também foi um apoiador de primeira hora de Getúlio Vargas (O Dia, 16 nov. 1930, p. 3). Portanto, após o pleito estadual de 1929, os candidatos avulsos mais competitivos se mantiveram distantes do partido que dominou a cena política paranaense no contexto da Primeira República.

O resultado do pleito estadual de 1929: o desempenho dos chefes políticos municipais e dos representantes da oposição

Ocorrida no dia 27 de outubro de 1929, a eleição para as 30 vagas de deputado estadual do Paraná evidenciou o marcante desnível entre as forças da situação e da oposição. Nesse contexto, a oposição paranaense permanecia eleitoralmente menos competitiva do que as oposições atuantes em estados como São Paulo. Nos anos finais da Primeira República, havia candidatos de partidos minoritários que representavam uma ameaça ao êxito eleitoral dos situacionistas. Compete, pois, ressaltar o caso da disputa pelas 60 vagas de deputado à Assembleia Legislativa de São Paulo, em 1927.

Conforme acima salientado, nessa ocasião o PD paulista elegeu quatro deputados estaduais. Desse total, houve um candidato cuja votação foi superior à de postulantes situacionistas. Tal candidato era Luís Augusto de Queirós Aranha (1867-1930). Ele se elegeu pelo 6º distrito eleitoral do estado, angariando 2.909 sufrágios. Assim, ele teve uma votação maior que a de três situacionistas que também se elegeram por esse distrito (Prado, 1986).

No Paraná, contudo, a agremiação oficial jamais experimentou um declínio de sua força política. Os circunstanciais dissídios que ocorreram no PRP não provocaram a redução dessa força. Essas celeumas também não propiciaram o aparecimento de lideranças oposicionistas eleitoralmente competitivas. Os principais dissídios na agremiação governista do Paraná ocorreram entre os anos de 1907 a 1919. Eles provocaram a saída de alguns correligionários. Uma parte desses egressos criaram partidos de oposição que logo se extinguiram.¹⁰ Nesse âmbito, o estudo do desempenho dos postulantes avulsos na disputa por vagas ao Congresso Estadual em 1929 requer a atenção às informações inseridas no Quadro 2.

A análise das informações presentes nesse Quadro permite a sustentação de três constatações. Primeiro, cumpre assinalar que os candidatos eleitoralmente mais competitivos desse pleito eram oriundos do interior do estado. Esses candidatos se enquadravam na condição de lideranças políticas municipais. Note-se que os cinco primeiros colocados nessa disputa não eram residentes em Curitiba, a capital paranaense. O postulante que obteve maior votação foi o coronel Domingos Teodorico de Freitas. Ele era um empresário dedicado à produção

¹⁰ Uma das cisões entre os governistas do Paraná ocorreu no contexto da Campanha Civilista (1909-1910). Uma parte dos situacionistas optou pela candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República, em detrimento do candidato oficial, o marechal Hermes da Fonseca (Carneiro, 1965). Essa cisão não foi inerente apenas ao partido governista do Paraná. Em Minas Gerais, houve membros da agremiação dominante que também apoiaram a candidatura oposicionista de Rui Barbosa (Viscardi, 2000).

Quadro 2: Perfil político e desempenho eleitoral dos candidatos ao Congresso Legislativo do Paraná em 1929

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Filiação partidária	Votação	Resultado
Domingos Teodorico de Freitas	Industrial	Palmeira	Segundo planalto	Partido Republicano Paranaense	30.695	Eleito
Silvano Alves da Rocha Loures	Engenheiro Civil	Palmas	Terceiro planalto	Partido Republicano Paranaense	26.140	Eleito
Estevam Ribeiro do Nascimento Júnior	Agropecuarista	Clevelândia	Terceiro planalto	Partido Republicano Paranaense	25.687	Eleito
Didio Iratim Afonso da Costa	Militar	Paranaguá	Litoral	Partido Republicano Paranaense	25.681	Eleito
Ermelino Agostinho de Leão	Advogado	Antonina	Litoral	Partido Republicano Paranaense	25.561	Eleito
Romualdo Antônio Baraúna	Engenheiro Civil	Curitiba	Primeiro planalto	Partido Republicano Paranaense	25.425	Eleito
João da Silva Sampaio	Industrial	Curitiba	Primeiro planalto	Partido Republicano Paranaense	25.251	Eleito
João Antônio Xavier	Comerciante	Curitiba	Primeiro planalto	Partido Republicano Paranaense	25.250	Eleito
Teófilo Soares Gomes	Comerciante	Curitiba	Primeiro planalto	Partido Republicano Paranaense	25.134	Eleito
Francisco Ribeiro de Azevedo Machado	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	Partido Republicano Paranaense	25.130	Eleito
Lisandro Alves de Araújo	Agropecuarista	Ponta Grossa	Segundo planalto	Partido Republicano Paranaense	25.103	Eleito
Manuel de Oliveira Franco	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	Partido Republicano Paranaense	25.070	Eleito
Edmundo Mercer	Agrimensor	Tibagi	Segundo planalto	Partido Republicano Paranaense	25.013	Eleito
Tasso da Silveira	Advogado	Rio de Janeiro	–	Partido Republicano Paranaense	24.973	Eleito
Aramis Taborda Ataíde	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	Partido Republicano Paranaense	24.969	Eleito
Leovegildo Barbosa Ferraz	Agropecuarista	Cambará	Terceiro planalto	Partido Republicano Paranaense	24.953	Eleito

Quadro 2: Continuação.

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Filiação partidária	Votação	Resultado
João Leite de Paula e Silva	Advogado	Carlópolis	Terceiro planalto	Partido Republicano Paranaense	24.929	Eleito
Hildebrando César de Sousa Araújo	Comerciante	Curitiba	Primeiro planalto	Partido Republicano Paranaense	24.760	Eleito
João Fleury da Rocha	Advogado	Prudentópolis	Terceiro planalto	Partido Republicano Paranaense	24.745	Eleito
Caio Graco Machado Lima	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	Partido Republicano Paranaense	24.718	Eleito
Francisco Fido Fontana	Industrial	Curitiba	Primeiro planalto	Partido Republicano Paranaense	24.683	Eleito
Ernani Nogueira Zaina	Militar	Curitiba	Primeiro planalto	Partido Republicano Paranaense	24.623	Eleito
Vespasiano Carneiro de Mello	Comerciante	Castro	Segundo planalto	Partido Republicano Paranaense	24.615	Eleito
João de Aguiar	Engenheiro Civil	Jacarezinho	Terceiro planalto	Partido Republicano Paranaense	24.564	Eleito
João Cândido de Oliveira	Lavrador	Tamandaré	Primeiro planalto	Partido Republicano Paranaense	24.448	Eleito
Ermelino Becker	Tabelião	Rio Negro	Segundo planalto	Partido Republicano Paranaense	24.438	Eleito
João Barbosa de Almeida	Ferroviário	Curitiba	Primeiro planalto	Avulso	14.996	Eleito
Enéas Marques dos Santos	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	Avulso	14.020	Eleito
Elbe Lauro Pospissil	Tipógrafo	Curitiba	Primeiro planalto	Avulso	8.140	Eleito
Wallace de Mello e Silva	Ferroviário	Curitiba	Primeiro planalto	Avulso	4.560	Eleito
Genaro Régis Pereira da Costa	Advogado provisionado	Paranaguá	Litoral	Avulso	3.701	Não eleito
Alfredo Heisler	Comerciante	Curitiba	Primeiro planalto	Avulso	3.212	Não eleito
Roberto Plens Ferreira Barroso	Advogado/Jornalista	Paranaguá	Litoral	Avulso	2.565	Não eleito
Alcides Antunes de Andrade	Guarda-livros	Curitiba	Primeiro planalto	Avulso	488	Não eleito

Quadro 2: Continuação.

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Filiação partidária	Votação	Resultado
Pedro de Araújo Neto	Agropecuarista	Palmas	Terceiro planalto	Avulso	379	Não eleito
João Régis Gonçalves	Servidor da Repartição dos Telégrafos	Paranaguá	Litoral	Avulso	50	Não eleito
Pedro Bassetti	Comerciante	Cerro Azul	Primeiro planalto	Avulso	20	Não eleito
Alberto Lopes	Jornalista	Ponta Grossa	Segundo planalto	Avulso	10	Não eleito
João Perantunes	Operário	Ponta Grossa	Segundo planalto	Avulso	10	Não eleito
Octavio Secundino	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	Avulso	10	Não eleito

Fonte: *A República* (29 nov. 1929, p. 3).

de erva-mate e já havia exercido o cargo de prefeito de Palmeira. Ao tempo da eleição estadual de 1929, Freitas pertencia à cúpula do diretório que o PRP instalara nesse município (*A República*, 14 ago. 1929, p. 1).

O Quadro 2 evidencia que pouco mais da metade dos candidatos do PRP a deputado estadual viviam em pequenas cidades do litoral e do planalto. Esses postulantes exerciam atividades como a de comerciante e agropecuarista. Em grande medida, os líderes políticos do interior paranaense pertenciam a parentelas que, havia décadas, faziam parte de agências locais da administração pública. Outro aspecto do perfil social desses líderes era o pertencimento a redes familiares cuja origem remonta à época do Império (Oliveira, 2001).

No período em tela, tal situação não era incomum. Por consequência, convém reconhecer uma analogia entre o Paraná e o Rio Grande do Sul. Conforme demonstrado por Jonas Moreira Vagas, houve parentelas sul-rio-grandenses que não experimentaram o declínio de sua atividade política no contexto da passagem do Império para a República. Em boa medida, as famílias que permaneceram politicamente ativas nesse estado cultivavam entre si antigas relações familiares (Vargas, 2007).

Por meio da análise do Quadro 2, constata-se que Domingos de Freitas era o candidato mais forte de um grupo cujos membros não possuíam sensíveis diferenças quanto às suas trajetórias políticas. O exercício do mandato de deputado estadual representou o momento de maior relevância das carreiras desses indivíduos. Os postulantes do PRP tiveram seus percursos marcados pelo exercício de cargos em instituições políticas locais. Tal padrão de

carreira não era incomum. Na época da Primeira República, a maior parte dos membros da elite política do Estado de São Paulo também se caracterizava pela inclinação de atuar em instituições regionais (Love, 1982).

Cumpra também salientar que as chapas de candidatos do PRP a cargos legislativos possuíam uma precisa divisão. Em suas composições para o Congresso Estadual, os dirigentes da grei preferiam inserir nomes representativos da vida política do interior. Em grande medida, os escolhidos eram indivíduos que não possuíam formação superior e estavam envolvidos na organização local das campanhas do partido dominante (Goulart, 2014).

Ao mesmo tempo, havia homogeneidade quanto aos perfis dos candidatos governistas aos cargos de deputado federal e senador. Tais postulantes possuíam curso superior e residiam na capital. Nessa época, os senadores do Paraná eram o médico Caetano Munhoz da Rocha, o engenheiro militar Carlos Cavalcanti e o advogado Marins de Camargo. Os deputados federais por esse estado eram os seguintes: Artur Martins Franco, engenheiro civil; Eurides Cunha, advogado; Lindolfo Pessoa, advogado; Plínio Gonçalves Marques, médico (Oliveira, 2001). Em verdade, nesse contexto a posse de um diploma de ensino superior era um elemento comum aos membros de elites regionais que exerceram mandatos no Congresso Nacional (Pinto, 2011; Souza, 2018).

Em última análise, cabe salientar que o Congresso Legislativo do Paraná era o espaço das elites locais. As bases eleitorais dessas elites permitiram que o partido oficial obtivesse todas as vagas dessa instituição. Em 1926, ao analisar as movimentações para o lançamento

de candidatos ao Governo do Paraná, o redator de *O Dia* salientou que os votos oriundos do interior assegurariam a vitória do postulante situacionista. Ele ressaltou, portanto, a solidez dos apoios que o então presidente Munhoz da Rocha possuía nos pequenos municípios. Leia-se a seguinte passagem do comentário do redator: “Surgirão dois candidatos [a presidente do estado], mas o eleitorado, o ‘grosso’ da tropa desse interior cabrestado do Paraná, despejará os votos no candidato munhozista” (*O Dia*, 16 jan. 1926, p. 2).

Em última instância, o presidente do estado dependia do apoio das lideranças municipais para assegurar o controle do PRP sobre as instâncias locais do Poder Legislativo. Em tal época, essa situação era comum à vida política nacional (Leal, 2012). A esse respeito, cabe reconhecer outra aproximação entre o Paraná e o Rio Grande do Sul. Os estudos históricos salientam que, em boa medida, o predomínio eleitoral do Partido Republicano Rio-Grandense foi decorrente do apoio concedido pelas oligarquias locais, as quais se tornaram as controladoras dos diretórios municipais da agremiação (Axt, 2004; Félix, 1996; Martiny, 2018; Ribeiro, 2019).

Tal situação impunha dificuldades para os oposicionistas angariarem apoios em áreas do interior. No Paraná, os chefes políticos que se vincularam aos partidos de oposição eram aqueles que, havia tempos, experimentavam sucessivas derrotas eleitorais. Nesse âmbito, convém mencionar que o presidente do Partido Democrático Paranaense (1926-1927) era o coronel João Guilherme Guimarães (1857-1927). Ele exerceu mandatos somente nos anos 1890 e jamais conseguiu se eleger deputado estadual (Granato, 2018).

Durante a Primeira República, os efêmeros partidos de oposição do Paraná contaram com o apoio de chefes partidários municipais que estavam politicamente enfraquecidos. Em 1915, por exemplo, o Partido Republicano Conservador (PRC) formou uma chapa para enfrentar os candidatos do PRP na disputa por vagas ao Congresso Estadual. Havia políticos de pequenas cidades no rol de candidatos do PRC. Porém, esses candidatos eram pouco competitivos. Eles foram suplantados tanto pelos candidatos do PRC quanto por uma chapa de postulantes da Associação Comercial do Paraná (A República, 31 jan. 1916, p. 2). No período em tela, os apoiadores dos partidos minoritários do Paraná se enquadravam na condição de chefes políticos municipais que perderam sua influência eleitoral ao se distanciarem da agremiação situacionista.

Cumprido, pois, fundamentar a segunda constatação desta seção. Trata-se de salientar que os candidatos avulsos que conseguiram se eleger eram aqueles cujas campanhas foram distinguidas por aspectos como o apoio de entidades de classe, o respaldo de órgãos da imprensa e a montagem de

comitê eleitoral dotado de precisa divisão de tarefas. De fato, não foram todos os postulantes vitoriosos que tiveram suas campanhas marcadas pela coexistência desses três aspectos. Convém salientar, por consequência, os fatores que levaram ao sucesso eleitoral de quatro candidatos independentes.

Atente-se, inicialmente, à campanha de João Barbosa de Almeida. Ela foi empreendida por um comitê cujos membros desempenhavam específicas funções. A organização dessa campanha era controlada por um grupo de onze indivíduos. Eles se ocupavam de assuntos como a captação de recursos para a divulgação do postulante. Ao mesmo tempo, havia um conjunto de dez correligionários dedicados exclusivamente a conceber as estratégias de propaganda. A principal estratégia consistiu em apresentar João Barbosa como o representante dos funcionários do Departamento da Estrada de Ferro do Paraná. Esse candidato era servidor desse órgão federal. Todavia, ele não ocupava função modesta nessa agência. Ao longo de sua carreira, Barbosa exerceu cargos de chefia nesse Departamento (*O Dia*, 29 set. 1929, p. 2).

Esse postulante avulso possuía conexões com setores de elites sociais. Um dos indícios dessas conexões era o seu pertencimento ao Clube Curitibano, o qual era frequentado por abastados habitantes da capital (*O Dia*, 10 fev. 1929, p. 6). Em síntese, o mais votado entre os candidatos avulsos constituiu vínculos em diferentes estratos sociais e montou uma estrutura mais profissional para a realização de sua campanha.

Cabe salientar, por consequência, o caso de Enéas Marques. Ele era o candidato do jornal *O Dia*, um órgão que não estava alinhado a qualquer partido (*O Dia*, 26 out. 1929, p. 1). Marques representava o grupo político que perdeu espaço no partido governista do Paraná a partir da posse de Caetano Munhoz da Rocha no cargo de presidente do estado. Conforme acima mencionado, a passagem de Enéas e Generoso Marques para a oposição os impediu de obter apoios nas disputas para o Governo do Estado e o Senado.

No entanto, o rol de apoiadores de tais indivíduos não se dissolveu por completo. A abertura de quatro vagas à oposição permitiu que Enéas Marques se tornasse um dos candidatos mais fortes do grupo oposicionista. Para atestar essa afirmação, cumpre ressaltar que ele obteve votos em 37 de um total de 41 municípios do estado (*O Dia*, 02 nov. 1929, p. 2). Ele foi o candidato independente que conquistou a segunda maior votação. O desempenho eleitoral desse governista dissidente evidencia que nas quatro regiões do estado existia uma articulação política entre oposicionistas. Essa articulação se tornava mais consistente nas épocas em que havia artifícios como a abertura de vagas à minoria. Em síntese, nas pequenas cidades havia parcelas do eleitorado infensas à influência dos chefes locais do grupo situacionista.

De sua parte, Elbe Pospissil era proveniente de uma parentela cujos vínculos políticos e sociais com o operariado paranaense datavam do início da Primeira República. Um dos irmãos desse candidato, o citado Antônio Pospissil Júnior, pertenceu ao Partido Operário do Paraná (A República, 26 ago. 1896, p. 2). De fato, Elbe Pospissil encontrara dificuldades para organizar a ação eleitoral dos trabalhadores do estado. O insucesso da implantação do Partido Socialista Paranaense foi uma manifestação desses reveses. Tal malogro não arrefeceu a sua atividade política. Ao contrário, Pospissil se conservou como uma liderança dotada da legitimidade de apresentar demandas do operariado aos próceres do governismo (Diário da Tarde, 29 nov. 1927, p. 1). Assim, a experiência malsucedida de estruturar um partido não reduziu a influência de Pospissil sobre a ação política dos operários paranaenses.

Por fim, cabe salientar o caso de Wallace de Mello e Silva. Ele foi o menos votado entre os deputados eleitos em 1929. A sua votação representou pouco mais da metade dos sufrágios angariados por Pospissil. Mello era um oposicionista histórico cujo rol de apoiadores não tivera um relevante crescimento durante os 16 anos que separaram as suas duas candidaturas de deputado estadual. Portanto, no fim dos anos 1920 ele foi suplantado por políticos novatos no que concerne à capacidade de formar uma base eleitoral. Em 1913, época de sua primeira eleição para o Congresso do Paraná, Mello angariou 2.316 sufrágios. Esse total representou a vigésima terceira maior votação do pleito (A República, 18 dez. 1913, p. 2).

Em 1929, Mello possuía mais eleitores do que os novatos provenientes de áreas distantes da capital do estado. Nessa época, ele ainda pertencia à classe dos ferroviários (O Dia, 22 jun. 1927, p. 1). Analogamente a João Barbosa, Mello estava politicamente envolvido com os membros desse grupo profissional. Desse modo, o seu retorno às disputas eleitorais não foi encarado pela imprensa como um acontecimento extemporâneo (O Dia, 04 out. 1929, p. 1). De forma semelhante ao caso de oposicionistas históricos como Manuel Correia de Freitas, a migração partidária e a abertura das vagas à minoria foram cruciais para que Mello continuasse em evidência no jogo político do Paraná.

Trata-se, pois, de sustentar a terceira constatação desta seção. Cabe salientar que houve dois obstáculos aos candidatos avulsos que não se elegeram. Um obstáculo era a falta de numerosas adesões para além dos municípios em que residiam. A esse respeito, atente-se ao caso de Genaro Régis. Ele angariou 3.701 votos, dos quais 2.740 (74%) foram conquistados em Paranaguá, seu município natal. Roberto Barroso, que também residia nessa cidade, conquistou 2.565 votos, dos quais 2.150 (83%) foram amealhados em Paranaguá. O então prefeito dessa

cidade, Didio Costa, obteve apenas 740 sufrágios nesse município (A República, 29 out. 1929, p. 1). Todavia, o seu pertencimento à chapa do PRP lhe assegurou votos em distintas regiões do Paraná. Por consequência, ele foi o quarto deputado mais votado. Assim, a capilaridade do PRP no interior do estado garantiu a eleição desse militar.

O outro obstáculo enfrentado pelos avulsos não eleitos consistiu na falta de apoio nas regiões das quais eram originários. A votação de uma parte dos postulantes independentes não ultrapassou algumas dezenas de sufrágios. Ao comentar sua participação nesse pleito, João Régis Gonçalves atribuiu sua pequena votação a uma suposta fraude na contagem dos votos:

A votação que obtive nos colégios dessa cidade [Paranaguá] desapareceu e outros eleitores deixaram de votar por haverem trocado as seções, e outros rasgaram seus títulos por andarem de 'Herodes para Pilatos', sem poder votar. Às eleições de Guaratuba dominou um fiscal que lá foi, houve grande abstenção por mim. À Junta Apuradora apresentarei em tempo competente documentos comprováveis (O Dia, 05 nov. 1929, p. 6).

De todo modo, Gonçalves obteve apenas dez votos em Paranaguá (A República, 1 nov. 1929, p. 3). Ou seja, a maior parte dos seus eleitores não vivia no litoral do estado. Verifica-se, assim, que as candidaturas sustentadas por indivíduos não residentes na capital não contaram com respaldo significativo do eleitorado das pequenas cidades. Os postulantes avulsos não se consolidaram como lideranças políticas locais. Foi apenas momentânea a participação dos avulsos na cena eleitoral.

Migração partidária e participação em associações de classe: o desfecho da atuação política dos postulantes avulsos

Na presente seção, cumpre investigar a posição ocupada na cena política paranaense pelos 14 candidatos independentes após o ano de 1929. Em grande medida, o término da atuação partidária desses indivíduos ocorreu nos anos 1930, na época anterior ao advento do Estado Novo. A análise do fim dessas carreiras políticas demanda, preliminarmente, uma contextualização das mudanças ocorridas no quadro partidário do Paraná após a Revolução de 1930.

Trata-se de salientar que, nos anos 1930, o quadro político paranaense era caracterizado pelo predomínio de três agremiações. A grei eleitoralmente mais forte era o Partido Social Democrático (PSD), de orientação

governista. Nesse contexto, o Partido Social Nacionalista (PSN) e a União Republicana Paranaense (URP) eram as agremiações oposicionistas dotadas de maior base eleitoral.¹¹ O PSN era constituído por dissidentes do situacionismo. A URP, por sua vez, era comandada por indivíduos que atuaram como governistas ao tempo da Primeira República e tiveram seus mandatos interrompidos por ocasião de Revolução de 1930. Eram apenas esses três partidos que reuniram os apoios necessários para eleger candidatos aos cargos de deputado estadual e deputado federal (Oliveira, 1997).

No Paraná, os anos 1930 foram marcados pela formação de um quadro partidário mais plural. No contexto das eleições parlamentares de 1934, havia nove agremiações em atividade no estado. Em verdade, o crescimento do número de partidos foi um acontecimento inerente à vida política da maior parte dos estados brasileiros. Analogamente à situação verificada no Paraná, nos demais estados havia poucas agremiações oposicionistas eleitoralmente competitivas. Em geral, os oposicionistas politicamente mais fortes estavam reunidos em partidos comandados por egressos das agremiações situacionistas da Primeira República (Ricci, 2019).

No Paraná, existiam agremiações minoritárias que se enraizaram tanto em áreas do planalto quanto do litoral. Entre os partidos que conquistaram adeptos em diferentes municípios do estado estava a Ação Integralista Brasileira (Ditzel, 2004a; Oliveira, 2015). Conforme destacado no curso dessa seção, o limite da força eleitoral dessa grei no jogo político paranaense consistiu em eleger vereadores na capital e no interior do estado. Os postulantes avulsos da eleição estadual de 1929 pertenceram a esse novo quadro partidário. O estudo do envolvimento desses ex-candidatos no contexto político dos anos 1930 exige a atenção às informações presentes no Quadro 3.

As informações presentes nesse Quadro permitem a sustentação de três constatações. Primeiro, cumpre reconhecer que uma parcela dos postulantes avulsos de 1929 foi absorvida pelo grupo governista constituído no Paraná a partir de 1930. O principal efeito dessa absorção consistiu na conquista de nomeações para cargos comissionados. Entretanto, esses ex-candidatos não desenvolveram uma longa trajetória nas esferas da administração estadual. A presença de tais indivíduos nessas esferas foi circunstancial. Um dos motivos da interrupção do envolvimento nas agências do Estado foi o rompimento político com as lideranças do situacionismo local.

Em geral, a atuação dos postulantes independentes de 1929 na administração pública foi limitada aos anos

1930. O rompimento com o governismo foi inerente aos percursos de indivíduos que exerceram cargos de maior projeção no Governo do Paraná. Ele também foi intrínseco às carreiras dos situacionistas que desempenharam funções públicas em pequenos municípios.

O citado Enéas Marques, por exemplo, exerceu um cargo relevante no Executivo Estadual. De 1932 a 1933, ele ocupou a função de membro do Conselho Consultivo do Paraná, um órgão de assessoramento do interventor federal. Uma das incumbências dos conselheiros era formular pareceres sobre a pertinência das demandas encaminhadas ao Governo do Estado (Dagostim, 2011). Contudo, Marques fez parte do rol de governistas que abriram a primeira dissidência no grupo de aliados do interventor Manuel Ribas (Diário da Tarde, 19 jan. 1933, p. 1). Por fim, ele se acomodou no campo da oposição ao ingressar no PSN (Diário da Tarde, 16 abr. 1934, p. 1).

Cumprir, pois, dedicar atenção ao caso de Genaro Régis. Ele pertenceu ao grupo de partidários da Aliança Liberal que obtiveram cargos em áreas distantes da capital do estado. Régis fez parte do rol dos oposicionistas que obtiveram nomeações imediatamente após a Revolução de 1930. Em outubro de 1930, ele foi investido no posto de delegado de Polícia de Paranaguá (Diário da Tarde, 08 out. 1930, p. 3). No ano seguinte, desempenhou por breve período as funções de promotor público (O Dia, 10 mar. 1931, p. 5) e chefe do Juizado de Menores no citado município (O Dia, 15 dez. 1931, p. 7). Régis também organizou em Paranaguá uma seção da Legião Revolucionária, a qual congregava apoiadores de Getúlio Vargas (O Dia, 26 set. 1931, p. 4).

Nesse contexto, não foram apenas os políticos novatos que mantiveram efêmera ligação com os novos líderes do situacionismo estadual. Conforme acima ressaltado, o veterano Wallace de Mello apoiou a ascensão de Vargas à Presidência da República. Porém, a participação de Mello no grupo governista do Paraná não se estendeu para além do ano de 1931, época em que participou das políticas de nomeações para cargos públicos. No referido ano, ele exerceu o posto de juiz distrital de Curitiba. Todavia, logo solicitou exoneração (O Dia, 24 abr. 1931, p. 4). Mello não pertenceu ao grupo de aliados de primeira hora de Vargas que estruturaram o novo partido governista do Paraná.

Nesse âmbito, cumpre mencionar um aspecto inerente ao desfecho dos percursos políticos dos avulsos eleitos em 1929. Tal aspecto era a baixa projeção no contexto da vida partidária dos anos 1930. João Barbosa, por exemplo, não se manteve como um candidato competitivo.

¹¹ Em grande medida, o PSN era composto por egressos do Partido Liberal Paranaense (PLP), que existiu de 1931 a 1933. O PLP surgiu como uma agremiação situacionista. Em 1932, com a ascensão de Manuel Ribas ao cargo de interventor federal do Paraná, esse partido passou para o campo da oposição (Correio do Paraná, 09 abr. 1932, p. 1).

Quadro 3: Destinos políticos dos candidatos avulsos ao Congresso Legislativo do Paraná em 1929 (década de 1930)

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Total de nomeações para cargos públicos	Total de mandatos no Poder Legislativo	Filiação partidária	Posição no quadro partidário estadual
Alberto Lopes	Jornalista	Ponta Grossa	Segundo planalto	0	0	Aliança Liberal	Situação
Alcides Antunes de Andrade	Guarda-livros	Rio de Janeiro	—	0	0	União Sindical do Brasil	Oposição
Alfredo Heisler	Comerciante	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	—	—
Elbe Lauro Pospissil	Tipógrafo	Curitiba	Primeiro planalto	0	1	Partido Reivindicador Proletário do Paraná	Oposição
Enéas Marques dos Santos	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	1	0	Aliança Liberal/ Partido Social Nacionalista	Situação/ Oposição
Genaro Régis Pereira da Costa	Advogado provisionado	Paranaguá	Litoral	3	1	Partido Liberal Paranaense/ Ação Integralista Brasileira	Situação/ Oposição
João Barbosa de Almeida	Ferrovário	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Partido Social Nacionalista	Oposição
João Perantunes	Dirigente de associação operária	Ponta Grossa	Segundo planalto	0	0	—	—
João Régis Gonçalves	Servidor da Repartição dos Telégrafos	Paranaguá	Litoral	0	0	—	—
Octávio Secundino	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	—	—
Pedro Bassetti	Comerciante	Cerro Azul	Primeiro planalto	1	0	Partido Social Democrático	Situação
Pedro de Araújo Neto	Agropecuário	Palmas	Terceiro planalto	0	0	—	—
Roberto Plens Ferreira Barroso	Advogado/ Jornalista	Paranaguá	Litoral	1	0	Partido Liberal Paranaense/ Partido Social Nacionalista	Situação/ Oposição
Wallace de Mello e Silva	Ferrovário	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Aliança Liberal	Situação

Fontes: *A República* (PR); *Correio do Paraná* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Gazeta de Notícias* (RJ); *O Dia* (PR).

Em 1935, filiado ao PSN, ele pleiteou uma vaga de vereador em Curitiba (O Dia, 05 set. 1935, p. 5). Porém, não conseguiu se eleger (O Dia, 20 set. 1935, p. 8).

Ao mesmo tempo, cumpre reconhecer que uma parte dos independentes manteve uma relação instável com os grupos políticos constituídos nos anos seguintes à Revolução de 1930. A migração partidária realizada por tais indivíduos não foi acompanhada pelo crescimento de suas bases eleitorais. Compete, assim, fundamentar a segunda constatação desta seção. Essa constatação salienta que foram pouco numerosos os êxitos eleitorais conquistados pelos candidatos avulsos de 1929. Tais indivíduos não se consolidaram como líderes políticos de projeção regional. Para atestar essa afirmação, cumpre salientar os casos de Genaro Régis e Roberto Barroso.

Genaro Régis foi uma liderança local da Ação Integralista Brasileira (AIB). O seu afastamento da ordem situacionista foi sucedido pela conquista de uma posição destacada no diretório que a AIB mantinha em Parana-guá. Vinculado a essa agremiação, ele foi eleito vereador desse município, em 1935 (Alves, 2019). Nesse ano, a AIB conseguiu eleger vereadores em cidades como Curitiba e Ponta Grossa (O Dia, 20 set. 1935, p. 8). Essa agremiação era combatida pelo interventor Manuel Ribas (Bertonha, 2013). Em síntese, Régis pertenceu à categoria dos integralistas que tiveram papel decisivo na estruturação desse partido em pequenas jurisdições.

A despeito dos esforços dessas lideranças para ampliar a presença da AIB no Paraná, essa agremiação se tornou um partido minoritário no jogo político regional. Ela encontrou dificuldades para assegurar relevante presença nas esferas do Poder Legislativo. Em 1934, a AIB era a sexta força eleitoral do Paraná. Na eleição para a Câmara dos Deputados, essa agremiação angariou 415 sufrágios. Na disputa para a Assembleia Legislativa, obteve 453 votos. Assim, não houve a eleição de integralistas paranaenses para os cargos de deputado estadual e deputado federal (Ricci, 2019).

Roberto Barroso, por seu turno, aderiu ao governismo em 1931 (O Dia, 25 fev. 1931, p. 6). No entanto, em 1934 migrou para a oposição e ingressou no PSN. Nessa época, Barroso se candidatou a deputado estadual (Diário da Tarde, 20 set., 1934, p. 3). Contudo, não teve êxito no pleito. Assim, a base eleitoral de Barroso se manteve pouco expressiva no contexto dos anos 1930. A natureza volúvel de seus movimentos na cena partidária é evidenciada no fato de que, em meados dessa década, ele regressou ao grupo governista. Tal retorno lhe permitiu participar dos esquemas de preenchimento de cargos públicos controlados pelo PSD. A esse respeito, cabe salientar que Barroso foi nomeado chefe de Polícia do Paraná em 1936 (O Dia, 13 out. 1936, p. 8).

Genaro Régis e Roberto Barroso permaneceram politicamente ativos após o fim do Estado Novo. Contudo, nos momentos finais de suas trajetórias não conquistaram maior projeção na cena partidária. Barroso e Régis continuaram a experimentar derrotas em suas tentativas de obter mandatos. Entre os candidatos avulsos arrolados neste artigo, Barroso e Régis foram aqueles que tiveram uma atuação política mais longa. Em 1947, filiado ao Partido Social Progressista, Barroso não teve sucesso em sua candidatura ao Senado (O Dia, 29 jan. 1947, p. 1). Nesse ano, Régis estava filiado ao Partido Social Democrático, o qual atuava como uma agremiação situacionista no Paraná (Batistella, 2016). Nessa ocasião, Régis pleiteou uma vaga de deputado estadual. O apoio do partido dominante não impediu a sua derrota (O Dia, 26 jan. 1947, p. 1).

De sua parte, João Perantunes foi dirigente do Partido da Representação Popular em Ponta Grossa, nos anos 1950. Tal agremiação abrigou antigos adeptos da AIB (Ditzel, 2004b). Assim, nota-se que Barroso e Régis, cerca de duas décadas após o pleito de 1929, continuavam eleitoralmente pouco competitivos. Perantunes, por sua vez, permaneceu longos anos sem desenvolver uma atividade política consistente. Após a eleição de 1929, o limite de sua projeção na cena partidária consistiu em participar da gestão do diretório municipal de um partido minoritário.

Trata-se de fundamentar a terceira constatação desta seção. Tal constatação afirma que uma parte dos candidatos avulsos de 1929 continuou politicamente ativa por meio do vínculo a entidades de classe. Uma parcela de tais indivíduos participou da criação de partidos que representavam segmentos de trabalhadores. Porém, esses novos partidos não formaram base eleitoral relevante. Os candidatos avulsos ligados ao operariado se mantiveram cindidos do ponto de vista político. Nesse âmbito, trata-se de ressaltar os casos de Alcides Antunes, Elbe Pospissil, João Perantunes, Octavio Secundino e Wallace de Mello.

Dentre esses indivíduos, João Perantunes, Octavio Secundino e Wallace de Mello não participaram da fundação de um novo partido operário. De todo modo, eles permaneceram politicamente articulados com trabalhadores urbanos. No início dos anos 1930, Perantunes foi secretário do Centro Operário Cívico Beneficente de Ponta Grossa (Ditzel, 2004b). Nesse contexto, Mello pertenceu ao Centro dos Ferroviários da São Paulo-Rio Grande. Ele presidiu essa entidade em 1931 (O Dia, 05 abr. 1931, p. 5). Octavio Secundino vinculou-se ao Centro Operário Antoninense (Diário da Tarde, 21 jan. 1930, p. 6).

Alcides Andrade, por sua vez, migrou para a cidade do Rio de Janeiro. Em 1933, na então capital federal, ele participou da fundação da União Sindical do Brasil (USB). Andrade exerceu a vice-presidência dessa grei. No ano seguinte, pleiteou simultaneamente os cargos de vereador

do Distrito Federal e de deputado federal. Entretanto, não teve sucesso em ambas as candidaturas (Correio da Manhã, 13 out. 1934, p. 11). O insucesso eleitoral da USB evidencia a recorrência das dificuldades encontradas por lideranças operárias para organizar um partido.

A transferência de Andrade para o Rio de Janeiro denota que ele não exercia uma relevante influência sobre a ação política das associações de trabalhadores então existentes no Paraná. Nessa época, perduravam as divisões internas ao movimento operário local. Essas divisões se tornaram mais evidentes durante o pleito de 1934. Nessa ocasião, houve um dissídio no Partido Reivindicador Proletário do Paraná. Após se desligarem desse partido, os insurgentes criaram a Concentração Trabalhista (O Dia, 12 set. 1934, p. 1).

Esses percalços também foram vivenciados por Elbe Pospissil. Os últimos anos de sua atividade política transcorreram em uma época de desagregação entre os próceres do movimento operário paranaense. Em 1930, ele não conseguiu apoios para implantar no Paraná um diretório do Partido Trabalhista do Brasil (Diário da Tarde, 23 set. 1930, p. 3). Em 1934, por fim, Pospissil articulou a criação do Partido Reivindicador Proletário do Paraná (PRPP) (O Dia, 15 abr. 1934, p. 5). No entanto, divergências internas levaram-no a se desligar desse partido (Correio do Paraná, 09 set. 1934, p. 5).

Entre as nove agremiações que apresentaram candidatos a deputado estadual e deputado federal naquele ano, o PRPP foi apenas o oitavo colocado em número de votos. Na eleição para a Assembleia Legislativa, essa grei conquistou 211 votos. Na disputa para a Câmara dos Deputados, ela obteve 120 sufrágios. Não conseguiu eleger seus candidatos (Ricci, 2019).

O único mandato que Pospissil desempenhou nos anos 1930 foi o de deputado classista à Assembleia do Paraná. Ele foi eleito para tal cargo em 1935, na condição de representante dos empregados (O Dia, 15 out., 1935, p. 8). Assim, o seu êxito eleitoral não foi derivado do pertencimento a um partido. Ele decorreu dos antigos vínculos de Pospissil com lideranças operárias. Em síntese, o destino político de uma parte dos candidatos independentes de 1929 foi caracterizado por contínuas iniciativas para assegurarem um espaço na cena partidária. Em boa medida, essas iniciativas não foram bem-sucedidas. A maior parte dos oposicionistas históricos desempenhou papéis secundários no quadro político paranaense.

Considerações finais

Os resultados apresentados no presente trabalho permitem a sustentação de três afirmações. Primeiro, cumpre destacar que a vida política paranaense, no fim

dos anos 1920, era marcada pela ausência de consistente integração entre os contendores do PRP. Tal cenário foi caracterizado pela permanência de uma situação que vigorou nesse estado durante as primeiras três décadas republicanas. Essa situação era a renitente dificuldade de os partidos oposicionistas permanecerem em atividade por longo tempo. A dissolução dessas agremiações era acompanhada pelo aumento do número de candidaturas avulsas. Outro efeito das distâncias entre as lideranças da oposição era a abstenção em pleitos eleitorais. Desse modo, ao longo dos anos 1920 o partido situacionista não encontrou obstáculos para conservar o seu predomínio na vida política do Paraná.

Segundo, cumpre salientar que a cessão de vagas que os governistas realizavam eventualmente à oposição era a única forma de os adversários do PRP conquistarem mandatos. Em 1929, foi essa concessão que provocou o surgimento de 14 candidaturas avulsas. Em boa medida, os postulantes independentes eram novatos na cena política. Assim, uma parte dos independentes era composta por indivíduos que jamais exerceram posições relevantes na cena partidária do Paraná. Outra parcela dos avulsos era formada por indivíduos cujas ambições políticas não obtiveram o respaldo de lideranças situacionistas. Portanto, no interior do grupo de avulsos também havia egressos do partido governista. A transferência para o campo da oposição foi o destino dos avulsos que não cultivaram sólidos vínculos com os principais dirigentes do PRP. Por fim, no grupo de candidatos independentes havia oposicionistas históricos. No contexto da Primeira República, as carreiras desses veteranos foram marcadas por iniciativas malogradas de manter partidos minoritários em funcionamento.

Terceiro, cumpre salientar que, nos anos seguintes à Revolução de 1930, uma parte dos candidatos independentes aderiu ao situacionismo. Essa adesão não lhes possibilitou a conquista de posições estáveis no ordenamento administrativo estadual e nas instituições legislativas. Nessa época, eles se mantiveram como personagens pouco expressivos do jogo eleitoral paranaense.

Referências

- ALVES, L. F. 2019. *Elites integralistas em Paranaguá nos anos 1930: organização e estruturas sócio-afetivas*. Curitiba, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 198 p.
- ANTONACCI, M. A. 1981. *RS, as oposições e a Revolução de 23*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 120 p.
- ARAÚJO, S.; CARDOSO, A. 1992. *Jornalismo e militância operária*. Curitiba, Ed. da UFPR, 175 p.
- AXT, G. 2004. Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS. *Cadernos IHU Ideias*, 2(14):1-23.
- BATISTELLA, A. 2016. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. Curitiba, Ed. da UFPR, 336 p.

- BERTONHA, J. F. 2013. *Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política*. Maringá, Ed. da UEM, 285 p.
- BRITO, J. 2019. *Um ás na mesa do jogo: a Bahia na história política da Primeira República (1920-1926)*. Salvador, Ed. da UFBA, 267 p.
- CARNEIRO, N. 1965. *Um precursor da justiça social: David Carneiro e a economia paranaense*. Curitiba, s/e, 220 p.
- CHARLE, C. 2006. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: F. HEINZ (org.), *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, p. 41-54.
- COSTA, S. G. 1988. *O último capitão-mor (1782-1857)*. Curitiba, Ed. da UFPR, 237 p.
- DAGOSTIM, M. W. 2011. *A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)*. Curitiba, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 141 p.
- DITZEL, C. H. M. 2004a. *Manifestações autoritárias: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1935)*. Florianópolis, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 297 p.
- DITZEL, C. H. M. 2004b. Centro Operário Cívico Beneficente: entre a ordem e a transgressão. In: N. B. CHAVES (org.), *Visões de Ponta Grossa*. Ponta Grossa, Ed. da UEPG, p. 5-25.
- FAUSTO, B. 1970. *A Revolução de 30: história e historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 118 p.
- FÉLIX, L. O. 1996. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 215 p.
- FERRARI, M. 2010. Prosopografia e história política: algumas aproximações. *Antíteses*, 3(5):29-5.
- FERREIRA, M. M. 1993. A Reação Republicana e a crise dos anos 20. *Estudos Históricos*, 6(11):9-23.
- FERREIRA, M. M. 1994. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 167 p.
- FIGUEIREDO, V. F. 2017. *Voto e competição política na Primeira República: o caso Minas Gerais (1889-1930)*. Curitiba, Editora CRV, 290 p.
- GOULART, M. H. H. S. 2014. *A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*. Jundiaí, Paco Editorial, 422 p.
- GRANATO, N. C. 2018. O Partido Democrático Paranaense: um estudo dos capitais familiares e sociais de seus dirigentes. *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*, 4(1):36-55.
- LEAL, V. N. 2012. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime federativo no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 361 p.
- LOVE, J. 1982. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 471 p.
- MACIEL, O. F. 1925. *Bastidores políticos*. Curitiba, s/e, 323 p.
- MARTINY, C. 2018. *"O chefe político dos mais avançados republicanos": Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903)*. Porto Alegre, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- OLIVEIRA, L. G. 2015. *Devotos do Sigma: integralistas de Teixeira Soares/PR, 1935-1938*. Maringá, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, 141 p.
- OLIVEIRA, R. C. 1997. Nota sobre a política paranaense de 1930 a 1945. *Revista de Sociologia e Política*, 1(9):47-56.
- OLIVEIRA, R. C. 2001. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba, Moinho do Verbo, 447 p.
- PEIXOTO, A. V. 1939. *Floriano: memórias e documentos*. Vol. 6. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 489 p.
- PINTO, S. C. S. 2011. *Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro, Mauad, 248 p.
- PINTO, S. C. S. 1998. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado, 137 p.
- PRADO, M. L. C. 1986. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo, Ática, 197 p.
- RIBEIRO, P. V. P. 2019. *"A terceira estrela da federação": a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924*. Porto Alegre, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 299 p.
- RICCI, P. (org.). 2019. *O autoritarismo eleitoral dos anos 1930 e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba, Appris, 291 p.
- SAMPAIO, C. N. 1999. *Os partidos políticos na Bahia*. Salvador, Ed. da UFBA, 255 p.
- SARMENTO, S. N. 2011. *A raposa e a água: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador, Ed. da UFBA, 211 p.
- SOUZA, L. M. T. A. 2018. *A profissionalização da oligarquia no Brasil: um estudo sobre a profissionalização da carreira política dos senadores na Primeira República*. Curitiba, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, 158 p.
- STONE, L. Prosopografia. 2011. *Revista de Sociologia e Política*, 19(39):115-137.
- VANALI, A. C. 2017. *"Ao povo paranaense": a vida do cidadão Manoel Corrêa de Freitas*. Curitiba, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, 868 p.
- VARGAS, J. M. 2007. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 276 p.
- VISCARDI, C. M. R. 2000. Elites políticas mineiras na Primeira República: um levantamento prosopográfico. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*, Porto Alegre, 2000. *Anais...*, Porto Alegre, FEE, 1:1-14.
- ZULINI, J. P. 2016. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930*. São Paulo, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 321 p.

Fontes

- A Notícia* (PR, 1905-1908). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=187666&pesq=>. Acesso em: 15/12/2020.
- A República* (PR, 1889-1930). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 15/12/2020.
- Anais da Câmara dos Deputados* (RJ, 1919-1924). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=060917&pesq=>. Acesso em: 15/12/2020.
- Correio da Manhã* (RJ, 1934). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=089842&pesq=>. Acesso em: 15/12/2020.
- Correio do Paraná* (PR, 1932-1947). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171395&pesq=>. Acesso em: 15/12/2020.
- Diário da Tarde* (PR, 1899-1937). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 15/12/2020.
- Diário do Comércio* (PR, 1891-1894).

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=240826&pesq=&pagfis=1> Acesso em: 15/12/2020.

Gazeta de Notícias (RJ, 1921-1937).

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=103730&pesq=> Acesso em: 15/12/2020.

O Dia (PR, 1923-1947).

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bi->

[b=092932&pagfis=65](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pagfis=65). Acesso em: 15/12/2020.

Sete de Março (PR, 1890).

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=812870&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 15/12/2020.

Submetido em: 28/07/2020

Aceito em: 01/02/2021